



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 105

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 11 de agosto de 1965, às 9 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.322-B/64 na Câmara e nº 223/64 no Senado, que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Disposição a que se refere
1	Do art. 7º as palavras: "que não poderá exceder de quinze hectares" e "e de cinquenta hectares nas dos rios perenes".
2	Do art. 8º as palavras: "mediante arrendamento"; Art. 9º e seu parágrafo (totalidade); Art. 10 e seu parágrafo (totalidade); Art. 11 (totalidade); Do art. 16 as palavras: "arrendatário ou"; Art. 16 (totalidade); Art. 18 (totalidade); Art. 21 (totalidade); Do art. 22, as palavras: "da comunhão do arrendamento ou"; Do art. 23 as palavras: "ao arrendatário ou"; Do § 2º do art. 30 as palavras: "do arrendamento ou"; Alínea "a" do art. 32 (totalidade).
3	Do art. 13 as palavras: "de igual valor, acrescida de juros de 6 % ao ano contado de acordo com a Tabela Price".
4	Art. 14 e seu parágrafo (totalidade).
5	Art. 17 (totalidade).

SESSÃO CONJUNTA

Em 11 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do Veto Presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.322-B/64 na Câmara e nº 223/64 no Senado, que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Disposição a que se refere
1	§ 2º do art. 26 (totalidade);
2	§ 3º do art. 26 (totalidade);
3	§ 4º do art. 26 (totalidade);
4	Art. 27 (totalidade)

SESSÃO CONJUNTA

Em 12 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do Veto Presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.322-B/64, na Câmara e nº 223/64, no Senado, que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Disposição a que se refere
1	Art. 28 e seus parágrafos (totalidade). (Do art. 32 (caput) as palavras: "em cada órgão executor".
2	(Alínea "a" do art. 32 (totalidade). (No § 1º do art. 31 as palavras: "pelo respectivo órgão executor".
3	Do § 2º do art. 34 as palavras: "independentemente de prestação de contas ao Tesouro Nacional".
4	Do art. 31 as palavras: "no Nordeste".
5	Do art. 37 a palavra: "demais".

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, a realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso, 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

Dia 11 de agosto às 9.30 e às 21.30

Dia 12 de agosto às 21.30:

ao Projeto de Lei nº 2.322-64 na Câmara e nº 223-64 no Senado, que disciplina as desapropriações para as obras de combate às secas do Nordeste (veto parcial);

Dia 17 de agosto às 21.30:

— ao Projeto de Lei nº 2.636-B-65 na Câmara e nº 34-65 no Senado, que concede pensões aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista demitidos em decorrência do Ato Institucional e dá outras providências (veto parcial);

Dia 18 de agosto às 9.30:

— ao Projeto de Lei nº 3.364-B-61 na Câmara e nº 116-63 no Senado, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 2º e 129, § 8º, do Código Penal (veto parcial);

- ao Projeto de Lei nº 2.703-B-65 na Câmara e nº 62-65 no Senado, que isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio, com o Governo do Brasil (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 4.187-B-62 na Câmara e nº 123-64 no Senado, que acrescenta mais um parágrafo ao art. 17 do Decreto-lei número 4.014, de 13-1-64, que regulamenta a profissão de ajudante de despachante aduaneiro (*veto total*).

Dia 13 de agosto, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.108-C-63 na Câmara e nº 9-65 no Senado, que disciplina o pagamento de quotas dos impostos de renda e consumo devidas aos Municípios (*veto total*);
- ao Projeto de Lei nº 3.001-B-61 na Câmara e nº 35-62 no Senado, que estabelece condições mínimas de conforto aqueles que trabalham em estabelecimentos comerciais (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 562-E-55 na Câmara e nº 220-56 no Senado, que dispõe sobre a legitimação adotiva (*veto parcial*);

Dias 19 e 24 de agosto, às 21.30:

Dia 25 de agosto, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.746-B-65 na Câmara e nº 116-65 no Senado, que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (*veto parcial*);

Dia 25 de agosto, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.956-65 na Câmara e nº 144-65 no Senado, que estabelece novos casos de inelegibilidades, com fundamento no art. 2º da Emenda Constitucional nº 14 (*veto parcial*);

Dia 26 de agosto, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.663-D-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 31 de agosto, às 21.30:

Dia 1º de setembro, às 9.30 e às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 22-64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 2 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.753-D-65 na Câmara e nº 108-65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.736-B-65 na Câmara e nº 103-65 no Senado, que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.193-B-65 na Câmara e nº 177-65 no Senado, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 8 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (*veto parcial*);

Dia 9 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14-4-1960 (*veto parcial*);

Dia 9 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 926-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (*veto total*);
- ao Projeto de Lei nº 362-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (*veto parcial*);

Dia 14 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (*veto total*);
- ao Projeto de Lei nº 2.594-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que complementa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) - *veto parcial*;

Dia 15 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 15 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (*veto parcial*);

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 128,

FUNCIÓNARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39-
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

- ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 22 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (*veto parcial*).

SENADO FEDERAL

Resolução nº 81, de 1965, publicada no *Diário Oficial*, de 9-8-65.

Republicada por haver saído com incorreções.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 81, DE 1965

Suspende a execução do art. 2º da Lei nº 1.890, de 13 de junho de 1953

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, a 11 de março de 1965, no Conflito de Jurisdição nº 2.739, do Estado de S. Paulo, a execução do art. 2º da Lei nº 1.890, de 13 de junho de 1953, que atribui à Justiça Comum o conhecimento das reclamações formuladas pelos empregados a que se refere a mesma Lei.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

ATA DA 114ª SESSÃO, EM 10
DE AGOSTO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª
Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SENHOR
GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Edmundo Levi
Martins Junid

Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Pessoa de Queiroz
Ermiro de Moraes
Hermann Tórris
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Paulo Barros
Aarão Steinbruch

Vasconcelos Tórre
Aurelio Vianna
Gilberto Marinho
Lino de Mattos
Celso Branco
Guido Mondim
Maurício de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) -- A lista de presença acerca o comparecimento de 2 Srs. Senadores. Havendo numero legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

Nº 297, de 1965

(Nº 578, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a recondução do Senhor João da Costa Pinto Dantas Júnior para membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), nos termos do disposto no artigo 9º da Lei nº 4.137, de 6 de setembro de 1963.

Brasília, em 6 de agosto de 1965. —
V. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE DE JOÃO DA COSTA PINTO DANTAS JÚNIOR

Nascido no dia 23 de Agosto de 1906, na cidade de Salvador, capital do Estado Federado da Bahia, República dos Estados Unidos do Brasil.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, formado pela Faculdade de Direito da Bahia, em 23 de Dezembro de 1918-1922; 1923 em diante.

Promotor Público da Comarca de Labarna — 1918. Promotor Público da Comarca de Jacobina — 1919 a 1921. Curador de Menores — 1923. 3º Procurador de Justiça — 1959. Membro do Conselho Superior do Ministério Público — 1936 a 1944.

Julg Substituto da Vara dos Feitos da Fazenda Estadual e Municipal da Comarca de Salvador — 1922 a 1923. Assumindo a jurisdição plena por várias vezes.

Secretário do Governo do Estado da Bahia — Fevereiro de 1942 a 30 de Outubro de 1944. Secretário da Fazenda — de 10 de Abril de 1947 a 30 de Junho de 1950; e de Setembro a Dezembro de 1961.

Presidente do Conselho Administrativo do Estado da Bahia de 31 de Outubro de 1944 a 1º de Fevereiro de 1948. Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de 9 de Setembro de 1959 a 4 de Julho de 1962.

Membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) — em 1964.

Professor de Geografia Geral e do Brasil no Ginásio da Bahia, de 1920 a 1921. Membro, por designação do Governo Federal, de Bancas Examinadoras e a vários estabelecimentos de ensino em Salvador: de Geografia Geral e do Brasil, 1924 a 1927. Professor de Direito Comercial da Escola Comercial Feminina da Bahia. 1934 a 1935. Professor de Ciência da Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, Cátedra de que é ainda titular.

Comissão Elaboradora de Projeto de Lei de Organização Judiciária da Bahia — 1929 a 1940. Comissão Elaboradora do Projeto dos Estatutos dos Funcionários Públicos Municipais da

Estado da Bahia — 1939. Encarregado dos Inquéritos contra atividades dos Súditos do Eixo 1942 a 1943. Representante do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar na Reunião do Respectivo Conselho em Dubrovnik (Iugoslávia) — 1958.

Deputado Estadual na Bahia, de 1921 a 1922 fazendo parte da Comissão de Polícia e Milícia e de Reforma do Código de Processo do Estado. Deputado na Assembleia Constituinte no Estado da Bahia, em 1935 — Segundo Secretário.

Deputado na Assembleia Legislativa da Bahia, de 1935 a 1937 — Primeiro Secretário. Deputado na Assembleia Constituinte Federal em 1946. Deputado Federal pela U. D. N., representando a Bahia, às Legislativas de 1946 a 1951; 1951 a 1953; 1953 a 1959; 1959 a 1960. Fez parte das Comissões Parlamentares, Agricultura, Indústria e Comércio; Constituição e Justiça; Finanças; Orçamento; Economia e Diplomacia, da qual foi Presidente de 1955 a 1958; e de várias outras de caráter especial.

Membro do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil — (Bahia) Segundo Secretário e Primeiro Secretário — 1935-1948. Membro da Congregação da Faculdade de Direito da Bahia para o "quorum" julgador de vários concursos para Professores Catedráticos 1942 a 1943. Membro do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Bahia — 1960 a 1964. Membro do Conselho Nacional de Educadores Gratuitos na Bahia — 1934. Diretor da Companhia Fabril dos Fios, Tecidos de Juta — Bahia — de 1948 a 1964.

Academia de Letras da Bahia, ocupante da cadeira nº 4, de que é Patrono Sebastião da Rocha Pitta. Instituto Genealógico da Bahia, ocupante da cadeira de que é Patrono Meilo Moraes e Presidente Perpétuo e Membro Benemérito. Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia. Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil — Membro Correspondente. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia — Orador e Sócio Benemérito. Instituto Histórico de São Paulo — Sócio Correspondente. Instituto Histórico de Sergipe — Sócio Correspondente. Instituto Genealógico Brasileiro — Sócio Benemérito. Associação Costaricense de Ciências Genealógicas. Academia Histórica — Analista Della Città di Aret, Roma — Sócio Honoris Causa. Associação Molecular da Genealogia. Sociedade de Numismática da Bahia. Sociedade Filológica da Bahia. Sociedade Científica de São Paulo. Grêmio Literário da Bahia (extinto). Membro de Mérito da Visitação de Ciências y Letras da Argentina.

A Comissão de Economia

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA Nº 4, DE 1965

Em 10 de agosto de 1965

Comunicação de eleição e posse:

— da Mesa da Câmara Municipal de Arapuanã, AM;
— da Mesa da Assembleia Legislativa de Marau, AM;
— da Mesa da Câmara Municipal de Santa Isabel, PA;
— da Mesa da Assembleia Legislativa de Belém, PA;
— da Mesa da Câmara Municipal de Imperatriz, MA;
— da Diretoria da União Artística Operária Timbirensis, Timbira — MA;
— da Diretoria do Centro Artístico Terenense, Terena, MT;
— do Prefeito Municipal de São José, PI;
— da Diretoria da Associação dos Operários de Cedro, CE;

— da Mesa da Câmara Municipal de Apodi, RN;
— da Mesa da Câmara Municipal dos Bezerros, PE;
— da Mesa da Câmara Municipal dos Vereadores de Brejão, PE;
— da Mesa da Câmara Municipal de Garanhuns, PE;
— do Prefeito Municipal de Limoeiro, PE;
— da Mesa da Assembleia Legislativa de João Pessoa, PB;
— da Mesa da Câmara Municipal de Palmares, PE;
— da Mesa da Câmara Municipal de Belo Monte, AL;
— da Mesa da Câmara Municipal de Macaé, AL;
— da Mesa da Câmara Municipal de S. José da Lagoa, AL;
— da Mesa da Assembleia Legislativa de Macaé, AL;
— do Prefeito Municipal de General Maynard, SE;
— da Mesa da Assembleia Legislativa de Aracaju, SE;
— da Mesa da Câmara Municipal de Balanópolis, DA;
— da Mesa da Câmara Municipal de Belo Campo, BA;
— da Mesa da Câmara Municipal de Lapa, BA;
— da Mesa da Câmara Municipal de Feira de Santana, BA;
— da Mesa da Câmara Municipal de Ibotirama, BA;
— da Mesa da Câmara Municipal de Teolândia, BA;
— da Mesa da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus, BA;
— da Diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio de Salvador, BA;
— da Mesa da Assembleia Legislativa de Vitória, ES;
— da Diretoria do Grêmio Literário Esportivo Enrico Aguiar Sales, de Alegre, ES;
— da Mesa da Câmara Municipal de Almas, GO;
— da Mesa da Câmara Municipal de Nova Venêza, GO;
— do Prefeito Municipal de Planaltina, GO;
— do Prefeito Municipal de Caracará, MT;
— da Diretoria da União Campograndense de Estudantes, Campo Grande, MT;
— da Mesa da Câmara Municipal de Corumbá, MT;
— da Mesa da Câmara Municipal de Cuiatanga, MT;
— da Mesa da Câmara Municipal de Mutum, MT;
— da Mesa da Câmara Municipal de Tesouro, MT;
— da Mesa da Câmara Municipal de Alvaro Carvalho, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Alvares Florence, SP;
— da Diretoria da Associação dos Ferrovieiros E. P. São Paulo — Minas, SP;
— da Diretoria da Câmara Municipal de Brotas, SP;
— do Prefeito Municipal de Caietara, SP;
— do Prefeito Municipal de Corumbataí, SP;
— do Prefeito Municipal de Itirapua, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Paulo de Faria, SP;
— do Prefeito Municipal de Presidente Epitácio, SP;
— do Prefeito Municipal de Santos, SP;
— do Prefeito Municipal de Tejuapá, SP;
— do Prefeito Municipal de Aracaju, MG;
— do Prefeito Municipal de Alpercatá, MG;
— do Prefeito Municipal de Curvelo, MG;
— do Prefeito Municipal de Deserto de Entre Rios, MG;
— do Prefeito Municipal de Jaruaçu, MG;

— da Diretoria da Associação dos Praças Reformados da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;
— da Mesa da Câmara Municipal de Manga, MG;
— da Diretoria da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores da Região de Mantena, MG;
— da Mesa da Câmara Municipal de Belo Oriente, MG;
— da Mesa da Câmara Municipal de Vargem Bonita, MG;
— da Mesa da Câmara Municipal de Vila Marías, MG;
— da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Guanabara;
— da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Acre;
— da Diretoria da Associação dos Oficiais de Juranga do Distrito Federal;
— da Diretoria da Sociedade Sul Americana de Microbiologia, Rio, GB;
— da Diretoria da Academia Brasileira de Arte, Rio, GB;
— do Presidente do Superior Tribunal Militar, Rio, GB;
— da Mesa da Câmara Municipal de Araruama, RJ;
— da Mesa da Câmara Municipal de Barra Mansa, RJ;
— da Diretoria do Circulo Operário de Barra do Piraí, RJ;
— da Mesa da Câmara Municipal de Bom Jardim, RJ;
— da Mesa da Câmara Municipal de Duque de Caxias, RJ;
— da Mesa da Câmara Municipal de Itaperuna, RJ;
— da Mesa da Câmara Municipal de Macaé, RJ;
— da Mesa da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, RJ;
— da Mesa da Câmara Municipal de Rio das Flores, RJ;
— da Mesa da Câmara Municipal de São João de Meriti, RJ;
— da Diretoria do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, Brasília, DF;
— da Diretoria da Associação Comercial de Taguatinga, DF;
— da Mesa da Câmara Municipal de Antonina, PR;
— da Mesa da Câmara Municipal de Kaloré, PR;
— da Mesa da Câmara Municipal de Mariópolis, PR;
— da Mesa da Câmara Municipal de S. Antonio da Platina, PR;
— do Prefeito Municipal de São Sebastião de Amoreira, PR;
— da Mesa da Câmara Municipal de Brusque, SC;
— da Mesa da Câmara Municipal de Cunha Porã, SC;
— da Mesa da Câmara Municipal de Campo Belo do Sul, SC;
— da Mesa da Câmara Municipal de Maravilha, SC;
— da Mesa da Câmara Municipal de Nova Trento, SC;
— da Diretoria do Clube Caça e Tiro Vasconcelos Drumond, Itajaí, Santa Catarina;
— da Mesa da Câmara Municipal de Porto Alegre, RS;
— da Mesa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;
Manifestações contrárias à Internacionalização da Região Amazônica
— do Corpo Docente e Corpo Discente da Escola do Serviço Social de Manaus;
— do Corpo Docente e Corpo Discente da Faculdade de Filosofia de Manaus;
— do Diretorio Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Manaus;
— do Diretorio Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Manaus;
— da Câmara Municipal de Marau, RS.

Os dispositivos da Lei nº 4.090, segundo dizem os jornais foram integralmente contemplados no antepro-

to do Código de Trabalho, de que é autor o professor Evaristo de Moraes Filho, constituindo o art. 64, e parágrafos do mesmo.

Este jurista, em entrevista que concedeu ao "Correio da Manhã" manifestou-se contra o parcelamento do pagamento do 13º mês, assim dizendo: "Fragmentá-lo, significará favorecer a fraude, a negociação do seu pagamento juntamente com a importância das férias, sem o gozo destas, em prejuízo do empregado. Ficando a escala de férias, na dependência do empregador (pela lei cabe a este organizar a escala das férias de seus empregados) e tendo ele a seu favor todo um novo exercício (o ano seguinte depois de adquirido o direito) poderá o empregado receber a segunda parcela do 13º salário aviltado pela inflação".

O projeto do Senador Faria Távares procura minimizar o perigo apontado pelo professor Evaristo Moraes Filho, que pode ocasionar o pagamento fracionado do 13º mês, no que toca à possível depreciação da moeda quando tiver de ser paga a segunda parcela. Assim é que diz o projeto no parágrafo único do art. 1º: "Havendo alteração de salário do empregado no período que decorrer entre o pagamento das duas parcelas, ao valor da segunda será acrescida a diferença correspondente ao aumento verificado".

O Projeto nada tem que o inquiline na esfera jurídico-constitucional, todavia, achamos que deve aguardar a iniciativa governamental que já teve ingresso na outra Casa do Congresso através da Mensagem Presidencial nº 302, de 1965, publicada no *Diário do Congresso Nacional* de 28 do mês último e que acompanha este parecer, para ser apreciado conjuntamente com a mesma.

Sala das Comissões, em 2 de junho de 1965. — Afonso Arinos, Presidente — Heribaldo Vieira, Relator — João Pinheiro — Menezes Pimentel — Edmundo Levi — Ruy Carneiro — Jefferson de Aguiar — Aloysio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está finda a leitura do Expediente. (Pausa).

Sobre a Mesa requerimentos de informações, que vão ser lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

Nº 528, de 1965

Senhor Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio — Departamento de Seguros Privados e Capitalização — quantos seguros relacionados com roubos de automóveis foram pagos pelas diferentes companhias seguradoras, em 1964 e primeiro semestre de 1965, e qual foi o montante desses pagamentos.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1965. — Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 529, de 1965

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através do Ministério da Justiça — Departamento Federal de Segurança Pública — as seguintes informações:

1 — Segundo as queixas registradas pelas repartições policiais, informar o total dos automóveis de passeio roubados em todo o país, durante o ano de 1964 e primeira metade de 1965.

2 — Do total dos carros de passeio roubados no período referido no item

1, informar quantos foram recuperados.

3 — Esclarecer com detalhes, se os carros que foram recuperados o foram na própria cidade em que se perpetrou o roubo, ou em outras cidades, ou mesmo em outros Estados da Federação.

4 — Mencionar fatos reveladores da participação da Polícia Rodoviária Federal na recuperação de carros roubados e na captura dos respectivos ladrões, durante 1964 e primeiro semestre de 1965.

5 — Informar sobre as medidas postas em prática pelo Departamento, em todo o território nacional, para reprimir o roubo de automóveis.

Justificação

Não nos propomos solucionar nenhum problema, com a formulação deste requerimento de informações, mas, desejamos levantar o véu sobre o assunto que pode ser considerado entre os mais graves que afetam a segurança pública no país — e grave, sobretudo, pela aparente indiferença das autoridades policiais à apuração de roubos de automóveis, sob alegações várias, que não podem ser aceitas.

O roubo de automóveis constitui, sem dúvida, problema universal. Ocorre em todos os países, em todos os continentes. Do ponto de vista meramente estatístico, consideramos normal que também ocorra no Brasil. O que não podemos aceitar é a omissão da polícia frente ao assunto. E essa omissão, em nosso entender, evidencia-se pelas dezenas de roubos de automóveis, verificados diariamente, do Norte a Sul do país, e pelos raros casos de que temos conhecimento em que as autoridades policiais conseguiram devolver ao proprietário o carro roubado.

Demonstração impressionante do pouco interesse da Polícia para identificar e apreender um carro roubado foi obtida recentemente, através de reportagem programada pela revista *Quatro Rodas* — especializada em assuntos automobilísticos — e publicada em seu número de junho do corrente ano.

A referida reportagem intitulada *Trinta Dias dentro de um Volks roubado*, conta a história de dois reporteres que no dia 22 de março registraram em repartição policial de São Paulo o desaparecimento de um sedan Volkswagen, com o fornecimento de todos os dados pedidos sobre o veículo. Posteriormente a isso, durante 30 dias, os repórteres conduziram o carro em todos os sentidos, ostensivamente, dentro da cidade de São Paulo e nas estradas que para ela convergem — sem que fossem incomodados pela Polícia. É verdade que os motoristas chegaram a ser advertidos e multados por inspetores de trânsito, mas, o interesse demonstrado pela polícia não passou daí.

Diante de um fato como esse, compreende-se, sem qualquer dificuldade, porque a maioria dos carros desaparecidos jamais é localizado pela polícia.

O raciocínio que, ao que se diz, preside a essa estranha conduta de alheamento ao roubo de veículos, por parte das autoridades policiais, é que quase todos estão segurados — e, assim, seus proprietários serão indenizados pelo prejuízo.

Trata-se, é claro, de má desculpa. Primeiro, porque a obrigação da Polícia diante de roubos, grandes ou pequenos, é mexer-se; para isso, entre outros fins, ela foi criada e é mantida. Segundo, porque nem todos os carros roubados estão no seguro. Terceiro, porque, se as companhias de seguro pagam os valores segurados — esse dinheiro em qualquer hipótese está saindo de algum lugar, está sendo subtraído a fins de interesse coletivo

para beneficiar indivíduos, isoladamente.

E os indivíduos beneficiados são afinal os ladrões de carros, que se locupletam, sem serem incomodados.

Não sabemos até que ponto o DFSP controla o assunto em todo o país. Mas, se não controla, deveria controlar, pois, de conformidade com a legislação que rege seu funcionamento, os roubos de carros estão, quase todos, enquadrados naquela categoria de fatos policiais situados simultaneamente na área de dois ou mais Estados da Federação.

Procuraremos complementar as informações ora solicitadas encaminhando, também hoje, outro requerimento de informações dirigido ao Ministério da Indústria e Comércio, para que através de seu Departamento de Seguros Privados e Capitalização informe o que foi pago em 1964, a título de seguro, pelos carros roubados e não localizados em todo o país.

De posse desses dados partiremos para outras providências na área do Legislativo, sobre o grave problema.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1965. — Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 530, de 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — R.F.F.S.A. e E. F. Leopoldina — por que motivos os empregados na E. F. Leopoldina, na categoria de fundidores, caldeiros, pintores, soldadores e ferreiros, lotados nas oficinas de Campos, Macaé, Cachoeiro de Macacu, Governador Portela e Niterói, Estado do Rio de Janeiro, não têm recebido a taxa de insalubridade a que têm direito e que foi suspensa sob o pretexto de que seria baixada nova portaria a respeito e, por que, a referida portaria ainda não foi publicada?

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1965. — Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 531, de 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio — I.A.P.I. — se o referido Instituto receberá mercadorias para pagamento dos débitos dos industriais e, em caso positivo, qual seria o destino dessas mercadorias recebidas?

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1965. — Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 532, de 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro do Café, qual o montante de sacas de café que está sendo armazenado em Carapicuíba, junto à estação rodoviária, Estado de São Paulo, para ser queimado e os motivos de tão desastrosa medida?

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1965. — Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 533, de 1965

Sr. Presidente,

Requeiro, regimentalmente, se oficie ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, para que informe se pretende aumentar o número de fiscais de trabalho no Estado do Rio, a fim de que se proceda com mais eficiência à fiscalização das Leis Trabalhistas nos Municípios fluminenses.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1965. — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos que acabam de ser lidos independem de apoio e de deliberação do Plenário: de acordo com o Art. 213, letra d do Regimento Interno, serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados na sessão de ontem: ns. 528 e 529, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, respectivamente aos Ministérios da Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas e Saúde. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há vários oradores inscritos. O primeiro é o nobre Senador Aarão Steinbruch, quem dou a palavra.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, da mesa sou eu que a justiça fiscal ordena a equitativa divisão dos ônus tributários entre os contribuintes, porque repugna sejam os recursos do Erário custeados pelos menos afortunados — e daí porque as modernas legislações tendem à abolição dos tributos indiretos — também aqueles sacrifícios impostos pela recuperação financeira devem ser repartidos segundo as posses dos contribuintes. Mas não é isto o que está ocorrendo no Brasil. Determinadas medidas de deflação, que apareciam drásticas desde o início do atual Governo e se observa nos jornais, até os norte-americanos, que lhe batiam palma, hoje começam a impressionar, como revelando, porém, já agora, como credores, sua preocupação, não foram os sacrifícios equitativamente distribuídos.

Vamos analisar algumas delas.

Começamos pelo empréstimo compulsório — cuja nomenclatura encerra uma contradição, pois toda contribuição obrigatória para o Estado é tributo — atingindo os rendimentos superiores a seiscentos mil cruzeiros. Quem o paga? O funcionalismo público e os assalariados. Os que vivem de negócios, os que exercem profissões liberais, poderão sonegar, como sonegam o imposto de renda. Então, se o fazem, esse ônus fiscal — que não é outra coisa — está sendo injustamente distribuído.

Ainda recentemente o Governo mandou financiar o consumo de automóveis e material eletro-doméstico. Com exceção dos motoristas profissionais, que têm no automóvel um instrumento do seu trabalho, só escassa minoria pode adquirir esse bem, que não é necessariamente santuário em outros países desenvolvidos, mas o é, no Brasil, só acessível a privilegiada minoria. Qual a proporção de funcionários públicos que podem adquirir um automóvel, mesmo financiado pela Caixa Econômica? Sabemos que é francamente risível. Os humildes "barrabés" da União também não podem adquirir geladeiras e

televisões, as primeiras praticamente sem serventia, desde que não têm condições, em sua grilante maioria, para armazenar nelas alimentos por mais de quarenta e oito horas. Muitos menos televisão, devendo contentar-se com os rádios mais modestos, que já possuíam, de outros tempos, menos dolorosos.

Enquanto isso, não se conteve, nos limites prometidos, o aumento do custo de vida. Ele já subiu, até julho, em mais de trinta por cento, enquanto, no ano passado, sob o atual Governo, se elevava em mais de setenta por cento, a partir abril. De certo o proletariado, em geral, sofreu demasiado com isso, pois o último salário mínimo, que lhe fora decretado, não atendia ao aumento do custo de vida verificado em 1964 e, já agora, apresenta-se desvalorizado em um terço do seu poder aquisitivo.

Mas a pior situação é a do funcionalismo público federal, que aguardava, como era natural e costumeiro, a melhoria dos seus vencimentos, na proporção mesma em que se decretaria a alteração do salário mínimo. Entretanto o que ocorre é que, além de não ter tido uma revisão salarial correspondente à da desvalorização da moeda no ano passado, sua situação se agravou, já este ano, com esse aumento do custo de vida decretado por um órgão oficial, que é a Fundação Getúlio Vargas.

Há uma situação de fome, no seio do funcionalismo, principalmente o mais modesto, numa faixa que representa setenta por cento do seu total. Quanto aos que ganham mais de seiscentos mil cruzeiros, ainda tiveram que desembolsar o empréstimo compulsório. Enquanto se financiavam fabricantes de automóveis e de material eletrodoméstico, reduz-se o funcionalismo e o proletariado à penúria, que é a mínima condição de sub-consumo. Adianta, a essas indústrias, o paliativo do financiamento parcial de uma faixa de consumidores, se baixa, assustadoramente, a capacidade de compra de mais de noventa por cento da população?

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com todo prazer.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Exa. está mencionando o mínimo, porque, na verdade, o que estamos vendo são as fábricas se fechando e o desemprego crescendo, assustadoramente, no Brasil. Os jornais de hoje dão que o desemprego, em Recife, vem ocorrendo em massa. É o que vemos em vários Estados, inclusive no meu pequeno Estado, atingido por uma seca terrível que não permitiu as plantações. Nós produzíamos para o nosso próprio consumo, somos, hoje, um Estado que recebe da Bahia ovos, legumes e cereais. A penúria em Sergipe é grande, como no Brasil inteiro. E tudo isso vem concorrendo para colocar o povo brasileiro em situação de verdadeira subnutrição.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Muito obrigado pelo aparte esclarecedor e muito oportuno de V. Exa. Realmente, a situação é difícil; urge, evidentemente, que o Governo modifique a atual orientação da política econômico-financeira.

Decerto ninguém se recusaria a um sacrifício, a bem do Erário e do nosso equilíbrio financeiro, se justamente distribuído. Mas condenar uma classe, sem a qual o Estado não existiria, não poderia cumprir as suas funções, equivale, de um certo modo, a destruir a nação.

Conheço casos de funcionários públicos que, premidos por angustiada situação, estão empenhando objetos e vendendo outros, porque não podem, com o dinheiro que percebem, fazer face ao aumento do custo de vida,

nem mesmo adquirir gêneros de primeira necessidade.

Quando os tributos ascendem, desapidadamente, é comum dizerem os financistas, referindo-se aos contribuintes, que "não se deve matar a galinha dos ovos de ouro". Que dizer-se, porém, quando se leva à inanição econômica os servidores do Estado os que promovem o andamento da máquina burocrática, os que tornam uma realidade física e humana a ficção jurídica do Estado?

Aliás, anuncia a classe dos funcionários públicos — os previdenciários — que de amanhã em diante, — segundo li nos jornais — usarão luto na lapela, em sinal de protesto, até que a classe seja beneficiada. É preciso que o Governo atenda aos reclamos dos funcionários, concedendo-lhes pequeno aumento para fazerem face à elevação do custo de vida, ou pelo menos, para que possam comprar os gêneros de primeira necessidade. O preço destes, como disse, no ano passado de abril a dezembro, sofreu aumento de 70% e, este ano, já atingiu a mais de 30%.

Se o custo de vida subiu cem por cento, desde o último reajustamento do funcionalismo, então, clara e evidentemente, foi diminuído para metade o seu poder aquisitivo. Suportar semelhante corte alguns dias ou meses, é possível; não mais de um ano, sem a total pauperização. O funcionalismo não tem mais onde cortar em suas despesas. Também não podem dedicar-se esses servidores públicos a outras atividades, que as horas restantes da sua jornada já as tinham empregadas em outras tarefas, para suprir as deficiências do seu orçamento doméstico. E mesmo horas inda lhe restassem, onde encontrar mercado de trabalho? E se o encontrassem, quem os substituiria nas tarefas burocráticas? Alegar-se-á que os concursos para o serviço público têm, sempre, excesso de candidatos. Decerto isso ocorre onde a miséria é maior, com a parada de desenvolvimento que se vem observando.

Será que o Governo não percebe a situação desesperadora do seu funcionalismo? Será que faz ouvidos de mercador aos seus apelos, tão insistentes quanto lhes permite a liberdade de apenas reclamar, sem nenhuma outra arma que a da mão estendida à esmola do Erário?

Quem observou o aumento do custo de vida no mês de julho há de ter verificado a drástica ascensão dos alugueis. Ora, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Brasília, nas capitais todas, nas cidades industrializadas — em todos os meios humanos onde há maior concentração de funcionários federais — ninguém ignora que o aluguel absorve percentuais elevadíssimos das despesas domésticas. Em alguns casos, chega a absorver sessenta por cento dos salários. Não há apartamento de dois quartos, no Rio de Janeiro, que se alugue por menos de duzentos mil cruzeiros.

E, ainda, agravamento imoderado se tem verificado nos últimos meses no fornecimento de energia elétrica...

O Sr. Heribaldo Vieira — E de água.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — ...e de água, como V. Exa. muito bem observa. Aqui em Brasília esse aumento há bem pouco foi de 80%.

Parece que a compra da AMFORP, pelo Estado, que combatemos, determinou, conforme denunciámos à Nação, em seguida, a elevação dos preços das tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Se um funcionário ganha 400 mil, o aluguel absorverá cinquenta por cento da sua paga. Anteriormente, esse apartamento era alugado por 100 mil cruzeiros.

Quanto a essa correção monetária que se aplicou ao aluguel, há pouco,

parece que o Conselho Nacional de Economia se reuniu e declarou que, no começo de agosto, será de 20 por cento no aluguel, sem haver contrapartida no aumento dos vencimentos percebidos pelos funcionários públicos e no aumento de salário dos trabalhadores.

Foi duplicado o preço do aluguel. Se parece, nas estatísticas, um aumento geral de vinte por cento, por exemplo, isso se deve a que as locações mais recentes, também numerosas, sofreram menor majoração. Mas, mesmo que o aumento se verificasse, para todos, na proporção revelada pela Fundação Getúlio Vargas em julho, terá sido de grande repercussão nos orçamentos domésticos dos que não são proprietários.

Qualquer um dos Srs. Senadores, que conheça funcionários federais de nível médio de vencimentos, pode indagar-lhes sobre a terrível situação que vêm atravessando: é notório, pelos seus órgãos representativos proclamada, que não a suportam mais. Entretanto o Governo não lhes ouve os apelos: está muito preocupado com o saneamento da moeda, com um Orçamento sem déficit ou de déficit fictício, com fingir uma situação de equilíbrio que não existe, quando uma classe inteira, justamente a que diretamente serve ao Estado, passa fome, proletarizada, pauperizada, nos limites da miserabilidade.

Seriam necessários dados, depoimentos, informes, declarações, manifestos, para ilustrar uma situação de todos conhecida? Duvido haja, neste plenário, quem duvide da necessidade urgente de melhorar os vencimentos do funcionalismo da União. Duvido não tenha percebido o Presidente da República que a situação dos servidores federais é insustentável. Então, por que pretender ignorá-la? Por que já não veio essa mensagem do Executivo, atendendo aos justos e desesperados reclamos do funcionalismo?

A resposta está em que a política econômico-financeira é comandada pelos que não passam necessidades, os que têm casas próprias, os que não possuem mais filhos a educar e alimentar, em suma, os que alcançaram o fim de carreira, com vencimentos ou rendas bastantes para que a inflação não desgaste.

Se assim a União trata os seus servidores, que atenderam a todos os apelos de melhoria dos serviços, tanto que a arrecadação melhorou e já não se apontam desonestidades, nem mais enriquecimento ilícito dos burocratas, nem abandono das suas responsabilidades funcionais, então o que se prepara, com essa grave injustiça, é o desespero, como se adotada a tese, tão combatida aqui, atribuída aos esquerdistas revolucionários, do "quanto pior melhor".

Senhores, a fome é má conselheira e a pior necessidade de uma classe é a de ver-se traída pelos que lhe pertencem ou pertenceram e, agora, colhem os frutos de rendosa aposentadoria: movendo, tranquilamente, os cordéis do desespero nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Amazônia continua a ser motivo para discussões de ordem intelectual como de ordem política. Até os Assessores do Governo se lembram de vez em quando de que a Amazônia existe e sugerem certas idéias talvez fundamentadas no desejo de bem ser-

vir mas que, em verdade, refletem inteiro desconhecimento da realidade amazônica.

O Diário Oficial do dia 20 de junho deste ano publica o Decreto número 56490, de 18 de junho, que contém um artigo — o de nº 5 — aparentemente inofensivo, até de aparência patriótica, mas que, realmente, oculta algo que irá constituir como que uma fatalidade para a Amazônia. Estabelece esse Decreto, em seu art. 5º:

"Fica instituído, junto ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, um Grupo de Trabalho encarregado de proceder ao exame da política nacional da borracha, Grupo esse composto de representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, do Ministério da Indústria e Comércio — através da Comissão Executiva de Defesa da Borracha — do Ministério do Interior e Organismos Regionais — através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia —, do Banco Central da República do Brasil e do Banco de Crédito da Amazônia.

A ementa do decreto assim reza:

"Dispõe sobre a distribuição e a venda direta de borracha sintética, cria Grupo de Trabalho para exame da política nacional da borracha e dá outras providências".

Em verdade, poder-se-ia dizer que temos apenas que louvar o Governo pela iniciativa de estudar a reformulação da política nacional da borracha; mas Sr. Presidente e Srs. Senadores, a aparente inocência deste decreto encerra verdadeiro torpedo contra a sobrevivência da Amazônia. O que se pretende neste instante é destruir o monopólio da borracha nacional, a fim de que a Amazônia fique sob o domínio de uma meia dúzia de açambarcadores que controlarão, através das suas firmas e dos seus prepostos, toda a produção nacional.

Vale a pena, neste instante, examinarmos o que representa a produção da borracha nacional, da borracha amazônica, para a vida do Brasil e para a sua integridade, tendo em vista a Amazônia.

Sabemos que o sistema de coleta de borracha é primitivo, é bárbaro. É inadmissível, praticamente no século em que predomina a técnica, continuarmos a extrair borracha pelo mesmo processo que os descobridores encontraram por parte dos silvícolas. Apenas há o extrativismo primitivo: o homem utilizando os recursos da natureza, sem que em nada tenha procurado colaborar com a Providência divina, para melhorar e enriquecer mais a própria região.

Não é por culpa do homem amazônico que a borracha continua sendo explorada pelo processo bárbaro de corte da maneira e defumação do latex. O que existe na Amazônia é fruto do esforço particular, é o brasileiro humilde, rude, na sua heroicidade, tentando sobreviver através de um trabalho primitivo, mantendo a presença da bandeira brasileira em toda aquela vasta extensão, que constitui mais da metade do território nacional.

Não discordamos de que tudo precisa ser feito, de que precisamos mudar completamente a orientação do trabalho da Amazônia. Mas não se pode, de um momento para outro, destruir todo um sistema secular, não se implantando outro que o substitua imediatamente. O que se deseja, no momento, é destruir o monopólio da compra e venda da borracha, da União, a fim de que se implante o livre comércio e, sobretudo, se permita a importação da borracha. Isto porque, para o industrial, o produto

está pela metade do preço que ele paga atualmente.

Entretanto, isso atende apenas ao interesse particular de cada industrial e não aos interesses superiores do povo brasileiro. Inicialmente, para importar a borracha, teríamos que despendir divisas que não possuímos, enquanto a borracha brasileira é custeada com o nosso cruzeiro, produto nosso, do nosso labor.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — Intermittente solidário com as palavras que V. Exa. pronunciou, nesta hora, em torno do problema da borracha, no âmbito da economia do País, quero que volte do discurso brilhante de V. Exa. que em minha terra, na região onde antigamente estavam as instalações da Ford, existem mais de dois milhões e meio de seringueiras plantadas cientificamente, mas que não são exploradas porque o Governo Federal não fornece os recursos necessários!

O SR. EDMUNDO LEVI — Graças a V. Exa. por trazer essa valiosa contribuição às modestas palavras que estou pronunciando.

Sr. Presidente, a importação de borracha não só traz exaurimento das nossas fincas divisas, mas constitui um atentado contra a soberania nacional. A Amazônia, nós sabemos, é um deserto humano. Na sua vasta extensão, pouco mais de três milhões de almas se contam na faina diária do trabalho, a atestar a presença do Brasil ali.

O Sr. José Ernirio — V. Exa. permite um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. José Ernirio — Existem na Amazônia mais de 200 milhões de seringueiras, algumas em regiões de difícil exploração, outras em zonas completamente abandonadas pela falta de auxílio e condições adaptáveis ao seu cultivo racional. Ora, quando uma região como a Amazônia dispõe de condições, utilizando os ensinamentos da genética e, ainda, prestando o Governo todo o apoio indispensável a uma cultura racional, a região amazônica poderá produzir borracha natural para o consumo interno doméstico e até para o exterior, concorrendo em melhores condições e apresentando custo de produção bem abaixo do da borracha sintética.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador José Ernirio, V. Exa. e um técnico e sua palavra para mim é um atestado de perfeito conhecedor da matéria.

Srs. Senadores, como dizia a extinção do monopólio e a consequente abertura dos nossos portos à importação da borracha representariam verdadeiro atentado à soberania nacional.

Em verdade os nordestinos, ombros a ombros com os amazenses, acreanos e pernambucos, são os guardadores da soberania brasileira daquela vasta e cobrada área. A presença do seringueiro constitui a sentinela do Brasil na fronteira oeste, na região amazônica.

O seringueiro, além de trabalhar completamente abandonado, é o soldado em constante vigília na defesa de imenso território que nos legaram os antepassados. Se se pretende quebrar o monopólio da compra e venda da borracha, parta-se um crime como se estivessemos a torpedear, em pleno oceano, um navio carregado de passageiros e de carga preciosa. Concorde em que o sistema de exploração da borracha é retrógrado; mas,

não será quebrando o monopólio que corrigiremos as anomalias, os erros que têm caracterizado e caracterizam a exploração da Amazônia. Teremos de domesticar os seringueiros, de aliciar a "Hevea", para levá-los à Amazônia novos contingentes de braços que encontrem facilidades de trabalho e de sobrevivência.

O que ocorre, Srs. Senadores, é que a Amazônia, como bem acentuou o Ilustre Presidente do Banco da Amazônia constitui, no Brasil, uma espécie de colônia interna. Servimos, apenas, para contribuir com matérias primas e quando se resolveu insular a indústria no País, ao invés de se investir na Amazônia — como seria natural — em plantação de seringueiras e cultivo das diversas essências que lá tem o seu habitat, foram plantar seringueiras em regiões distantes, próximas dos centros industriais e dos centros de transformação. E a Amazônia continua como uma colônia e no Brasil reproduziu-se o ato que condenamos ao inglês que levou a semente da seringueira para a longínqua Malásia.

O Sr. Martins Júnior — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Martins Júnior — O nobre Senador, inevitavelmente, é um amazônida e conhece profundamente o assunto da borracha. Estou quase convencido de que estamos malhando em ferro frio, mas devemos ser teimosos. Com a nossa persistência, alguma coisa sairá. O monopólio da borracha será um desastre, sobretudo para a fronteira do Brasil, onde os nossos seringueiros são verdadeiros soldados, principalmente nos limites do Brasil com as Guianas, Venezuela e outros países limítrofes. Sem eles, aquela região ficará completamente abandonada. O monopólio da borracha natural será quebrado, o da borracha sintética talvez continue porque esta não está na Amazônia, já pertence a outros Estados do Brasil. Volto a afirmar que estamos malhando em ferro frio. Devemos e continuaremos a ser teimosos e, sobretudo, provaremos que somos brasileiros.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador, há um brocardo que diz: água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Nós, homens da hidroplândia, da região que é terra e água, devemos aproveitar a água que está em todos os recantos, para em todas as oportunidades, batemos na pedra dura, a fim de conseguirmos furá-la.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, fala-se que o monopólio da borracha custa milhões ao povo brasileiro. Concordo que custa milhões, mas em cruzeiros. Se nós quebrarmos imediatamente o monopólio da borracha, vamos ter não bilhões de cruzeiros, mas milhões de dólares em divisas que não possuímos.

De sorte que será insensatez neste instante levarem o Governo da República a quebrar esse monopólio. Sabemos que o processo de extração nos seringueiros nativos é retrógrado. Na Amazônia não podemos nem falar em latifúndio, quando nos referamos a seringueiros, porque o latifúndio existe, não pela vontade do explorador do seringueiro, mas pelo imperialismo, pela contingência da própria atividade.

Nós, que estudamos a Amazônia, sabemos que na região do Acre, onde os seringueiros são mais abundantes, onde há maior densidade da *hevea* em cada hectare encontramos entre 10 e 12 árvores, enquanto nas regiões dos baixos rios contam-se de 5 a 7 árvores por hectare.

Assim, a exploração do seringueiro não pode ser feita e não ser em grandes áreas. Um homem, um seringueiro, para poder produzir em condições, não econômicas mas de sobre-

vivência, precisa, no mínimo, de 360 árvores; e se um seringueiro da mais alta qualidade dispõe de apenas 12 árvores por hectare, cada homem deve ocupar pelo menos 30 hectares.

São 30 hectares que o homem tem que percorrer, para poder produzir borracha em condições mínimas de sobrevivência.

Assim, o latifúndio na Amazônia, quando se fala em explorar seringueiras, não tem o sentido que nós daríamos em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Paraná ou em São Catarina. Aquilo que é latifúndio no Rio Grande do Sul ou em Minas Gerais, é por certo minifúndio na Amazônia.

Então, Srs. Senadores, o que o Governo deve fazer é amargar, é assistir, ao revés da alíquota do desperdício toda aquela multidão de brasileiros que, verminóticos, atacados pela malária, febris, amarelos, formam com a própria paisagem, com a própria folhagem da floresta um tapete verde-amarelo, um pedaço da bandeira brasileira tremulando naqueles rios, nos lagos e nos igapós, assegurando a presença do Brasil na lendária região.

Portanto, ao invés de abandonar o amazônida, deve o Governo brasileiro orientar o homem que vive no amaranhado da floresta no sentido de traçar novos caminhos para as suas atividades e de poder produzir mais economicamente, vencendo, sobretudo, a tirania das distâncias que aniquilam todo o esforço humano na Amazônia.

Não basta querer quebrar o monopólio da borracha, ou melhor, não basta quebrar o monopólio da borracha para se pretender que a Amazônia encontre por si mesma novos caminhos. Ao contrário, no momento em que novas investidas se fazem com o objetivo de, talvez, tirar da órbita da soberania nacional aquela vasta, rica e imensa região, quebrar o monopólio da borracha equivale a lançar aquela gente, aqueles homens, aqueles brasileiros no mais franco desespero, para que, realmente, o estrangeiro vá dominar a região. É isto o que queremos evitar: que alguém, levado pelo desespero, concorde em que a Amazônia, como que escorraçada pelo Brasil, se volte de braços abertos e receba a penetração estrangeira como uma bênção. Srs. Senadores, a quebra do monopólio traduzirá em benefício para aqueles que veem apenas os seus negócios. Alega-se que o brasileiro paga entre vinte e cinco a trinta bilhões por ano para manter uma exploração que constitui um processo retrógrado. Em verdade, o brasileiro paga, mas agora mesmo estamos vendo o Governo lançando todos os recursos das Caixas Econômicas e dos Institutos para financiar a indústria de automóveis, que não vai assegurar a existência e a persistência da soberania brasileira na Amazônia, mas apenas garantir um parque industrial que aqui se instalou sem que trouxesse, entretanto, os investimentos que anunciava.

Não basta pretender quebrar o monopólio da borracha, para livrar o Brasil de tão pesados encargos.

O Sr. José Ernirio — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — O problema da borracha, na Amazônia, está também se alastrando a outros produtos brasileiros. Podemos citar o açúcar, o cacau, o sisal. Se não forem tomadas providências, como a orientação do plantio, da cultura, uso de fertilizantes, nenhum deles poderá concorrer com produtos do exterior. É um problema que deve ser atacado com a maior urgência possível.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador, realmente, os problemas quase se entrosam, mas, na Amazô-

nia, ele oferece um aspecto mais grave, porque, como disse, enquanto o Governo envida todo o seu esforço para financiar automóveis, pretendo abandonar a Amazônia à sua própria sorte, a fim de que os industriais de artefatos de borracha tenham o produto mais barato e possam continuar a vendê-los pelos mesmos preços que vendem atualmente, ganhando bilhões à custa do suor, das lágrimas e do sacrifício da sofrida população amazônica.

O Sr. José Ernirio — Apoiado.

O SR. EDMUNDO LEVI — A Amazônia tem um imenso futuro. Não temos repórter aquela velha frase de Humboldt. Conhecemos as suas inúmeras possibilidades e tais são essas possibilidades que o mundo todo tem hoje suas vistas voltadas para aquela região. Mas o Brasil, abandonando a experiência salutar, pretende, através de um ato do Governo, quebrar o monopólio da compra e venda da borracha, a fim de que não se despenda essa avultada soma de 25 ou 30 bilhões de cruzeiros, que é enquanto importa a compra e venda da produção da Amazônia. Se fizer isso, o homem dos seringueiros, que é o soldado nato das regiões amazônicas, terá de abandonar aquela interior, onde já vive, porque é sobretudo um herói, e o Brasil terá de constituir contingentes especiais, corpos de tropas, para guardar suas fronteiras, despendendo improdutivamente com soldados, mantimentos e armas, para poder continuar dizendo que as suas fronteiras se estendem a quase oitenta graus de longitude Oeste.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o decreto a que me referi inicialmente determina que esse grupo, constituído por elementos do Governo, estude a reformulação da política da borracha, mas não vemos aí a inclusão de um representante dos governos daquela área. Apenas os elementos do Governo federal, que estão interessados na quebra do monopólio. Não há um representante do Governo do Amazonas; não há um representante do Governo do Pará; não consta um representante do Governo do Acre, nem mesmo foram consultados os órgãos de classe. Nem a Associação Comercial do Amazonas, nem o Sindicato da Indústria Extrativa da Borracha, nem a Associação Comercial do Pará e a do Acre foram chamados e, por isso mesmo, o Ilustre Presidente do Sindicato da Indústria Extrativa da Borracha no Estado do Amazonas dirigiu um memorial ao Presidente desse grupo de trabalho, reclamando a participação dos órgãos produtores, a fim de que sejam ouvidos os homens da Amazônia, que trabalham e produzem a borracha, e esse grupo de trabalho não venha a apresentar um trabalho unilateral apenas baseado em concepções cerebrinas, mas traga a palavra do homem prático, do homem que sofre secularmente na Amazônia para garantir a produção brasileira.

No último conflito, foi para a Amazônia que o Mundo Livre se voltou e nós da Amazônia fomos os grandes sacrificados, porque enquanto a borracha, no mercado internacional, atingia quatro ou cinco vezes o preço por que a vendamos, nós nos sujeitamos a um preço infinito estipulado em acordo firmado entre o Brasil e as demais potências. Atualmente, alega-se que a borracha natural tem preço superior, além da cotação internacional, mas não se lembram os técnicos dos imensos sacrifícios que a Amazônia fez para garantir em grande parte a vitória das armas democráticas contra o totalitarismo que ameaçava — e ameaça — o mundo. Entretanto, enquanto se alega que a borracha natural é excessivamente cara, os industriais da borracha continuam a importar e a provocar com isto o encalhe de alguns milhares de toneladas e assim,

A União terá de passar a custear a administração amargamente, do Pará, do Acre e de outras regiões que vivem tendo por esteio mestre das suas economias a produção da borracha.

Nesta denúncia a esta Casa e ao país contra esse atentado que se pre-

Solicitarei um dos serviços mais rotineiros dessa estação de rádio, que é o de utilidade pública: a qualquer momento, sem nenhum interesse comercial, divulga assuntos de interesse da comunidade, ora é um concurso que se realiza em determina da

repartição, ora é um cidadão que procura um filho desaparecido, em outras ocasiões é um apelo dramático do locutor no sentido de que se torne determinado remédio não encontrado nas drogarias e nos hospitais, remédio esse que imediatamente chega ao local que se visa a atender.

Por isso tudo acho que esta data, grata não apenas ao *Jornal do Brasil* mas ao Senado também, não poderia passar sem este registro.

Agora, nestes poucos minutos que V. Ex. me cedeu, de acordo com o Art. 163, queria dar notícia ao Senado de haver a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o preço da custo das viaturas nacionais sofrido uma alteração, de vez que o seu Relator, Senador Vicente Augusto, interrompeu o seu trabalho, em virtude de ter assumido o titular da cadeira. Assim, o trabalho não pôde prosseguir, mas já na semana vindoura estaremos a postos e eu, que fui designado seu novo Relator, estou col-

gindo todo o material necessário para que com o compromisso de honra, esta CPI não fique sem o seu objetivo devidamente colimado.

Desejamos levar avante nossa tarefa sem *parti pris* e, com processo de investigação direta, obter dados necessários para que o País conheça, de fato, quanto custa a fabricação de um automóvel, trator ou outro veículo.

Relativamente a este matéria, Senhor Presidente, queria salientar o seguinte.

Com bastante alarde a Volkswagen do Brasil publicou pela imprensa que vai efetuar investimentos, da ordem de 180 bilhões de cruzeiros, para aumento da sua produção de automóveis, no triênio 1965-1968 (Manchete de 11-8-1965). Por outro lado, na revista *Visão*, de 13-11-1964, página 5, publicou que tem um lucro de Cr\$ 48.100 por veículo vendido.

O conhecimento de todos esses dados fantásticos, levou-me a analisá-los e conjugá-los, com o objetivo de

tornar-me um entusiasta daquela empresa. Qual não foi minha surpresa! A minha consciência foi traída. Fiquei decepcionado comigo mesmo. Queria tornar-me um "fã" incondicional da Volkswagen e vejo o que me acontece, descubro que aquela empresa aparentemente organizada, que fabrica automóveis de tão boa qualidade e de tão alto preço, caros, no Brasil e no Exterior, de economistas, de financeiros, etc., procurando, declarou que somente tem de lucro por unidade vendida Cr\$ 48.100 e vai investir Cr\$ 180 bilhões, para produzir com esse investimento, 360 carros por dia, aumentando desse modo, a sua produção diária para 600 unidades.

Foi aí que iniciei minha investigação e procedi aos cálculos constantes do quadro a seguir, encontrando verdadeiro fenômeno financeiro, ou seja, para produzir 300 carros por dia, em 25 dias de trabalho por mês, teríamos 7.500 carros por mês e 90.000 por ano. Ora, segundo a Volkswagen o seu lucro por unidade é de Cr\$ 48.100, o que, multiplicado pela produção anual relativa ao investimento

que vai ser aplicado, apresentou-me a cifra de 4 bilhões e 149 milhões de cruzeiros de lucro sobre o capital a investir. Ou, em outras palavras, o capital a investir renderá juros de 2,3% ao ano, notem bem, 2,3% ao ano e de 0,19% ao mês. Se, com base em cálculos dessa natureza é apurado o lucro dos veículos Volkswagen, então o assunto é muito sério... Acredite quem quiser neste fenômeno financeiro. Eu Não!

Sr. Presidente, encaminho a V. Ex. o quadro a que aludi no meu discurso, insistindo que a Comissão Parlamentar de Inquérito, com o roteiro a ser elaborado, ainda nesta semana, para ser submetido ao Plenário, iniciará, sem demora sua investigação, já que seu prazo é amplo, e a pressa que poderíamos ter não viria, de maneira nenhuma, beneficiar nosso objetivo, que é apurar a verdade referente a esse assunto de preço verdadeiro do custo dos automóveis.

Sr. Presidente, voltei ao assunto em breve. (Muito bem, Muito bem)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENHOR SENADOR VASCONCELOS TORRES EM SEU DISCURSO:

"PLANO DE EXPANSÃO" — 1965 A 1968

Aumento da Produção Diária	Investimento a Realizar em Cr\$ Bilhões	Lucro por veículo vendido em Cr\$	Estimativa da produção anual (mês = 25 dias) Unidades	Lucro pela venda anual em Cr\$ Bilhões	Juros do capital investido — apuração com base na venda anual	
					Ao Ano	Ao Mês
360 (de 300 p/ 600)	180	48.100	90.000	4.149.000 (quatro bilhões cento e quarenta e nove milhões)	2,3%	0,19%

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Goldwasser Santos
Eduardo Assmar
Joaquim Parente
José Bezerra
Manoel Villeça
Barros Carvalho
Silvestre Péricles
José Leite
Miguel Couto
Normeir da Gama
José Feliciano
Melo Braga
Daniel Krieger — 12

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Mesa reconhece as oportunas e justas comemorações com que tantos dos mais autorizados líderes da Casa asinaram a comemoração do 50º aniversário da *Revista do Brasil*, que tão destacados serviços vem prestando ao Senado da República e ao Congresso Nacional, na divulgação do seu dedicado e perseverante labor em benefício do povo brasileiro (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Esta encerrada a hora do expediente. Antes, porém, de passarmos à Ordem do Dia, a Presidência tem a seguinte comunicação a fazer:

A Presidência comunica ao Senado que recebeu do Senhor Presidente da República, em data de ontem, a Mensagem, que tomou o nº 12, de 1965 (C.N.), acompanhado do Projeto de Lei, para tramitação nos termos do parágrafo único do art. 4º do Ato Institucional.

Este projeto dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios e dá outras providências.

Para a designação da Comissão Mista que sobre a matéria deverá emitir parecer e demais providências previstas

no art. 1º da Resolução nº 1, de 1964, do Congresso Nacional a Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 21 horas. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa comunicações que vão ser lidas.

São lidas as seguintes

COMUNICAÇÃO

Em 10 de agosto de 1965

Senhor Presidente

Achando-se licenciados os Senhores Senadores Antônio Carlos e Eurico Rezende representantes, nestas Comissões, da União Democrática Nacional, respectivamente, como titular e suplente, solicito se dêem Vossa Excelência designar-lhes substitutos, na forma do disposto no art. 77, do Regulamento Interno.

Atenciosas saudações. — Josaphat Marinho, Presidente eventual da Comissão de Redação.

COMUNICAÇÃO

10 de agosto de 1965

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 73-A do Regulamento Interno, esta Liderança indica o Sr. Senador Heribaldo Vieira para substituir, na Comissão Especial do Projeto de Lei de Emenda à Constituição nº 6, de 1964, o Sr. Senador Eurico Rezende, durante a licença a este concedida.

Atenciosas saudações. — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Fica designado, para ambas as comissões, o nobre Senador Heribaldo Vieira.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 534, de 1965

Senhor Presidente

Tenho a honra no dia 8 de setembro vindouro o 50º aniversário da morte do Senador João Gomes Pinheiro Machado.

Considerando os relevantes serviços prestados à República pelo emérito nordestense, que exerceu, inclusive, a Vice-Presidência desta Casa, requeremos que, ouvido o Plenário, o Senado Federal

a) designe uma Comissão para, na Guanabara, participar das homenagens que serão tributadas à memória do ilustre brasileiro, naquela data;

b) destine a Hora do Expediente da sessão do mesmo dia para que a Casa, por igual, reverencie solenemente a memória do insigne patriota.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 1965 — Guido Mondim — Pedro Ludovico — Gastão Müller — Aloysio de Carvalho — Barros Carvalho — Irineu Bornhausen — Cícero Pinheiro — Meneses Pimentel — Wilson Gonçalves — Heribaldo Vieira — Ermirio de Moraes — Josaphat Marinho — Eduardo Assmar — João de Silveira — Goldwasser Santos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em consequência da deliberação do plenário, a hora do Expediente da sessão do dia 8 de setembro será dedicada às comemorações do centenário de nascimento do Senador José Gomes Pinheiro Machado.

Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os três primeiros itens da Ordem do Dia dependem da votação em escrutínio secreto.

Assim sendo, na forma regimental, serão votados ao final.

Passa-se ao item 4.

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 978, de 1965, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 145 de 1965 (nº 2.874-M 1965 na Casa de origem) que institui o novo Código Florestal.

Em discussão a redação final.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

— Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero registrar que foi feita a correção da Emenda número 14.

A matéria está na Ordem do Dia da sessão de ontem e foi retirada, juntamente, para que se fizesse o acréscimo do parágrafo único omitido. De modo que, agora, a emenda está em termos de ser aprovada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regulamento Interno.

O projeto voltará à Câmara dos Deputados e, para acompanhá-lo naquela Casa do Congresso Nacional, designo o Sr. Senador José Ermirio, re-

da matéria na Comissão de Agricultura.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1965 (número 2.874-B-65, na Casa de origem), que institui o novo Código Florestal.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 2, de Plenário)

Ao parágrafo único do art. 5º.

Dê-se ao parágrafo único do artigo 5º a seguinte redação:

"Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos parques nacionais, estaduais e municipais".

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 1-CA) Ao art. 14

Ao art. 14, acrescentem-se as seguintes alíneas:

"d) prescrever normas que visem à proteção e à preservação de matadouro de lei, incentivando seu plantio em regiões de fácil acesso e escomento;

e) promover plantio, em terras consideradas fracas da variedade *elliott*, ou outras congêneres, e nas terras havidas como boas da *araucaria brasiliensis* (pinho do Paraná)".

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 3, de Plenário)

Ao art. 20

Acrescente-se ao art. 20 o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. O não-cumprimento do disposto neste artigo, além das penalidades previstas neste Código, obriga os infratores ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor comercial da matéria-prima florestal nativa consumida além da produção da qual participe".

EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 4, de Plenário)

Ao art. 22

Dê-se ao art. 22 a seguinte redação:

"Art. 22. A União fiscalizará, diretamente, pelo órgão executivo específico do Ministério da Agricultura, ou em convênio com os Estados e Municípios, a aplicação das normas deste Código, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis".

EMENDA Nº 5

(Corresponde à Emenda nº 5, de Plenário)

Ao art. 23

Localize-se o art. 23 após o artigo 38, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 6

(Corresponde à Emenda nº 6, de Plenário)

Ao art. 23

Acrescente-se ao art. 23 o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Ao Conselho Monetário Nacional, dentro de suas atribuições legais, como órgão disciplinador do crédito e das operações creditícias em todas suas modalidades e formas, cab estabelecer as normas para os financiamentos florestais, com juros e prazos compatíveis, relacionados com os planos de florestamento e reflorestamento aprovados pelo Conselho Florestal Federal".

EMENDA Nº 7

(Corresponde à Emenda nº 7, de Plenário)

A alínea d do art. 27

Dê-se à alínea d do art. 27 a seguinte redação:

"d) causar quaisquer danos aos Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, bem como às Reservas Biológicas".

EMENDA Nº 8

(Corresponde à Emenda nº 8, de Plenário)

Ao art. 27

Acrescente-se ao art. 27 a seguinte alínea:

"g) transgredir quaisquer das determinações ou restrições constantes desta Lei ou da sua regulamentação".

EMENDA Nº 9

(Corresponde à Emenda nº 9, de Plenário)

Ao art. 35

Acrescente-se ao art. 35 o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. As ações por crimes ou contravenções, de natureza florestal, terão prioridade de instrução e julgamento sobre todas as demais e, na autuação, far-se-ão constar observações de "Urgência" e "Crime Florestal" ou "Convenção Florestal".

EMENDA Nº 10

(Corresponde à Emenda nº 11, de Plenário)

Ao caput do art. 37

Dê-se ao caput do art. 37 a seguinte redação:

"Art. 37. As florestas plantadas ou naturais são declaradas imunes a qualquer tributação e não podem determinar, para efeito tributário, aumento de valor das terras em que se encontram, desde que, a partir do prazo de 1 (um) ano, o proprietário apresente, e tenha aprovado pelo Poder Público, plano técnico de exploração da área florestada, caso seja isso economicamente possível, a critério da autoridade florestal".

EMENDA Nº 11

(Corresponde à Emenda nº 10, de Plenário)

Ao art. 37, § 2º

Dê-se ao § 2º do art. 37 a seguinte redação:

"§ 2º. As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento serão deduzidas integralmente do imposto de renda e das taxas específicas ligadas ao reflorestamento".

EMENDA Nº 12

(Corresponde à Emenda nº 12, de Plenário)

Ao art. 43

"Art. 43. Fica mantido o Conselho Florestal, com sede em Brasília, como órgão consultivo e normativo da política florestal brasileira.

Parágrafo único. A composição e atribuições do Conselho Florestal Federal, integrado no máximo por 12 (doze) membros, serão estabelecidas por decreto do Poder Executivo".

EMENDA Nº 13

(Corresponde à Emenda nº 13, de Plenário)

Acrescente-se, onde couber o seguinte artigo:

"Art. Ficam isentos do imposto de renda os rendimentos provenientes da exploração de florestas plantadas para fins econômicos".

EMENDA Nº 14

(Corresponde à Emenda nº 15 de Plenário)

Acrescente-se, onde couber o seguinte artigo:

"Art. E' proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação.

Parágrafo único. Se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo em práticas agro-pastoris ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução".

EMENDA Nº 15

(Corresponde à Emenda nº 16, de Plenário)

Acrescente-se, onde couber o seguinte artigo:

"Art. As penalidades incidirão sobre os autores, sejam eles:

a) diretos;

b) arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, administradores, diretores, promitentes compradores ou proprietários das áreas florestadas, desde que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos preponentes ou dos superiores hierárquicos;

c) autoridades que se omitem ou facilitarem, por consentimento legal, na prática do ato".

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Passa-se ao item numero 5.

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 19, de 1964, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que determina a elaboração do Plano de Aplicação dos recursos de que trata o art. 199 da Constituição e dá outras providências (projeto aprovado em primeiro turno, com emenda, em 10 de mês em curso, tendo Parecer sob o nº 119, de 1965, da Comissão de Redação, com a redação do vencido.

Em discussão a matéria, em segundo turno.

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem emendas e não havendo requerimento no sentido de que seja submetida a votos, é a matéria dada como aprovada, independentemente de votação, de acordo com o Art. 272-A do Regimento Interno.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 1964

Determina a elaboração de Plano de Aplicação dos recursos de que trata o art. 199 da Constituição e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os recursos de que trata o art. 199 da Constituição da República serão aplicados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) mediante um plano de objetivos gerais, regionais, setoriais e locais, a curto ou a longo prazo, conforme a natureza, as peculiaridades, a conveniência e a destinação dos serviços que pretende executar ou que lhe forem propostos e que apresentem probabilidade de formar, fortalecer ou assegurar bases para o desenvolvimento imediato ou subsequente da região.

Art. 2º A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia empregará os recursos a que se refere o artigo anterior somente dentro da área amazônica delimitada no

art. 2º da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, e o fará em harmonia com os governos locais, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contato com entidades públicas ou particulares.

Art. 3º Anualmente o Orçamento da União consignará à SPVEA, através do Ministério da Fazenda, o valor da dotação resultante da percentagem prevista no art. 199 da Constituição, destacando parcela global para custeio das despesas gerais de administração e, para despesas de investimento, totais percentuais em proporção à área amazônica de cada unidade geopolítica, conforme a delimitação traçada no art. 2º da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953.

As importâncias atribuídas a cada unidade geopolítica regional serão empregadas em objetivos que visem a pesquisas e solução de problemas de alimentação, saúde, habitação, abastecimento de água, esgotos, educação, energia, luz, transportes, comunicações, portos, navegabilidade de vias povoamento, pecuária, silvicultura atividades agrícolas, organização sócio-econômica e outros cuja finalidade seja promover o aproveitamento e aprimoramento, a exploração, a organização e a defesa das riquezas naturais da região, bem como a implantação de empreendimentos e serviços básicos para o desenvolvimento da Amazônia e conseqüente elevação do nível e das condições gerais de vida das suas populações.

Art. 4º A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia elaborará e, até quinze (15) dias antes do início de cada exercício financeiro da União, submeterá ao Poder Executivo, para aprovação mediante decreto, o Plano de Aplicação de que trata esta lei, com as especificações relativas a cada unidade geopolítica, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores.

Art. 5º Uma vez publicado o decreto aprobatorio o Tribunal de Contas fará o registro dos créditos orçamentários destinados à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Item 6º:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 3 de 1963, que dispõe sobre autorização para emissão de papel-moeda de curso forçado, tendo Pareceres (ns. 304 a 308, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: favorável, com a emenda que oferece sob nº 1-CCJ; — 2º pronunciamento: solicitando audiência do Ministério da Fazenda; — 3º pronunciamento (diligência não atendida): pelo arquivamento; de Finanças — 1º pronunciamento: solicitando reexame da Comissão de Constituição e Justiça; — 2º pronunciamento:

Em seu primeiro parecer, a Comissão de Constituição e Justiça ofereceu emenda ao projeto.

Em segundo pronunciamento (Parecer nº 307-65), declarou-o ultrapassado, em virtude da aprovação de outros, de iniciativa do Poder Executivo, e aconselhou o seu arquivamento.

A Comissão de Finanças também se manifestou pelo arquivamento.

De acordo com o Regimento (Artigo 136, § 1º), considera-se pela rejeição o parecer pelo arquivamento.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que concordam com os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, que opinam pelo arquivamento do projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

O projeto está rejeitado e será arquivado.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 1960.

Dispõe sobre autorização para emissão de papel-moeda de curso forçado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nenhuma emissão de papel-moeda de curso forçado poderá ser feita sem prévia autorização do Congresso Nacional.

Art. 2º A proposta de cada emissão conterá os dados necessários à sua justificação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Item 7º:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 31, de 1964, de autoria do Sr. Senador Caltete Pinheiro, que dispõe sobre a equiparação ao crime de contrabando ou descaminho, o deslocamento de café para destino diferente do autorizado pelo Instituto Brasileiro do Café, tendo Pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: nº 329, de 1965, pela juridicidade e constitucionalidade, sugerindo audiência dos Ministérios da Justiça, da Fazenda e da Indústria e Comércio, por intermédio da Comissão de Indústria e Comércio; — 2º pronunciamento: nº 332, de 1965, pela aprovação — da Comissão de Indústria e Comércio — 1º pronunciamento: nº 330, de 1965, solicitando audiência dos Ministérios da Justiça, da Fazenda e da Indústria e Comércio; — 2º pronunciamentos nº 331, de 1965, favorável. II — Sobre as emendas de Plenário (ns. 1 a 9): da Comissão de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: número 852, de 1965, pela aprovação das de ns. 1, 2 (com subemenda), 3 (com subemenda), 4, 6 (com modificação) e 9; pela rejeição das de ns. 5 e 8; — 2º pronunciamento. Sobre a Emenda Substitutiva da Comissão de Indústria e Comércio: nº 860, de 1965, pela aprovação, com as subemendas que apresenta sob ns. 1 e 2-CCJ — da Comissão de Indústria e Comércio: nº 859, de 1965, pela aprovação das de números 1, 2 (com subemenda CCJ), 3 (com subemenda da CCJ), 4, 6 (em parte) e 9; pela rejeição da de nº 7, pela prejudicialidade das de ns. 5 e 8 e apresentando Emenda Substitutiva, consubstanciando as emendas aceitas.

A matéria está em fase de votação. Tem preferência regimental o Substitutivo da Comissão de Indústria e Comércio, com as respectivas subemendas.

Em votação o Substitutivo da Comissão de Indústria e Comércio, sem prejuízo da subemenda.

Os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

E' o seguinte o substitutivo aprovado:

Emenda Substitutiva

Art. 1º A exportação de café de produção nacional só poderá ser feita pelos portos e pontos do território nacional fixados pelo Instituto Brasileiro do Café na forma da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952.

Art. 2º E' assimilado ao crime de contrabando ou descaminho, para os efeitos da sanção prevista no art. 334 do Código Penal, o deslocamento do café, no território nacional, seja qual for o meio de transporte, sem que esteja instruído com a documentação exigida pelo Instituto Brasileiro do Café, na forma da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952.

Parágrafo único Incidente na sanção a que se refere este artigo os transportadores de café e todos quantos estiverem ligados à transação.

Art. 3º No caso da infração a que se refere o artigo anterior, aplica-se a pena estabelecida no art. 334 e seu parágrafo 2º do Código Penal, além de multa equivalente ao café apreendido, fixada na base do preço oficial em vigor na data da apreensão.

Parágrafo único Sem prejuízo das sanções previstas neste artigo, os infratores não terão limite à restituição do café apreendido, cuja propriedade reverterá em favor do Instituto Brasileiro do Café.

Art. 4º Fica, também, assimilado ao crime de contrabando ou descaminho o desvio, para destino diferente do autorizado pelo Instituto Brasileiro do Café, do café remetido de um para outro ponto do território nacional.

Art. 5º As infrações e apreensões serão processadas mediante auto lavrado pelos fiscais do Instituto Brasileiro do Café e, na sua falta ou omissão, por quaisquer agentes do poder público empenhados na repressão ao contrabando.

§ 1º Nos autos serão consignados o dia, hora e local da diligência, os nomes dos remetentes e dos consignatários da mercadoria ou de seus proprietários, transportadores, pessoas físicas ou jurídicas, com a descrição do café e dos veículos transportadores, de forma a identificá-los.

§ 2º Lavrado o auto, e não se declarando ciente o infrator ou seu representante legal, caberá à autoridade autuante certificar essa recusa. Neste caso, far-se-á a intimação por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, publicado no Diário Oficial da União, e, simultaneamente, no "Diário Oficial" do Estado, Território ou Município, onde tenha ocorrido a infração.

§ 3º Terá o autuado o prazo de 20 (vinte) dias para se defender, contado de sua ciência ou da publicação oficial do edital de intimação.

§ 4º Observado o disposto nos parágrafos anteriores, o processo será encaminhado ao Juiz competente, para efeito de instauração da ação penal respectiva.

§ 5º As decisões condenatórias que passarem em julgado serão registradas no Instituto Brasileiro do Café, em livro próprio, para efeito de incorporação ao patrimônio da autarquia dos cafés apreendidos ou de multa depositada e, ainda, para cobrança desta, quando não tiver sido depositada previamente.

§ 6º Apurada a responsabilidade na forma prevista neste artigo o presidente do Instituto Brasileiro do Café enviará cópia do processo administrativo ao Juiz competente para instauração do processo criminal cabível.

Art. 6º Aos cafés encontrados em abandono ou em qualquer depósito, desacompanhados da documentação a que se refere o artigo 2º, aplicar-se-ão os dispositivos da presente lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação as subemendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa) Estão aprovadas.

São as seguintes as emendas aprovadas:

Subemenda nº 1-CCJ

Ao art. 3º

Suprimam-se as palavras "e seu parágrafo 2º..."

Subemenda nº 2-CCJ

Ao art. 5º

Suprima-se o § 4º.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A matéria irá à Comissão de Redação, a fim de redigir o vencido, para o segundo turno regimental.

Item nº 8:

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1965, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que torna obrigatório das representações oficiais do Brasil, no exterior o uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional, tendo Pareceres sob números 801, 802, 803 e 804, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela rejeição; Relações Exteriores, pela audiência das Comissões: de Economia e de Finanças; de Economia, pela rejeição; de Finanças, pela rejeição.

Em discussão o projeto.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quem me tem ouvido falar com uma constância que poderia dizer impressionante e uma coerência irrepreensível sobre o problema da indústria automobilística, poderia pensar que ajo com *parti pris*, com inavontade, com espírito demolidor. Poderia mesmo alguém mais apressado julgar da existência de uma implicância, de uma teimosia, o que seria uma estultice, seria uma atitude sem nexo a de um brasileiro, parlamentar, levantar-se contra uma indústria que, inequivocamente, presta, de certo modo, bons serviços ao País.

O que tem norteado a minha atitude é o desejo de saber até que ponto essa indústria oculta ao País, de maneira geral, aquelas estatísticas que desejamos conhecer, a respeito do preço da fabricação dos seus veículos. Ninguém conseguiu devassar isso.

Existe agora uma Comissão de Inquérito instalada, com apoio unânime do Senado, mas quem sabe poderemos concluir que foi impossível descobrirmos esse preço; pelo menos terá sido uma conclusão a respeito desse mistério indêssível.

Sómente para demonstrar que não tenho *parti pris* e que apresentei o projeto em discussão, determinando que nas representações do Brasil no Exterior, nos escritórios comerciais, os veículos usados pelos nossos diplomatas e representantes sejam de fabricação nacional, a exemplo do que acontece em todos os países que têm indústria semelhante à nossa.

Agora vejo que a Comissão de Constituição e Justiça deu parecer contrário ao projeto! Sr. Presidente, custa crer! Ainda se eu estivesse obrigando

do um diplomata a comprar carro nacional, aí sim. Mas a lei é normativa apenas, inclusive levando boa propaganda do País. Temos, permanentemente, navios do Lóide e outras empresas que trafegam para o exterior que poderiam levar os carros e as peças para serem repostas, se porventura faltassem. Sr. Presidente, vejo então que não sou eu quem tem essa possível implicância com a indústria automobilística... Lavo a minha tábua. Procuro demonstrar — é esse o objetivo que me traz à tribuna — o desejo de prestigiar, no limite do possível, o nosso País e fazer propaganda de sua indústria automobilística. Internamente aponto os seus defeitos, mas lá fora quero que saibam que o Brasil fabrica carros, alguns deles de primeira qualidade, embora aqui de preços extorsivos.

As Comissões não entenderam o meu objetivo e não quero, de maneira alguma, desmerecer o voto dado no Plenário. Quero salientar o meu propósito de que projeto desta natureza ser derrotado é uma pena, porque seria uma oportunidade para demonstrar a nossa colaboração positiva com essa indústria, não quanto aos favores escusos que a indústria recebeu e dos quais não prestou, nem prestará, contas. Entretanto, a aprovação do projeto nos credenciaria a dela obter as informações que, até agora, não nos chegaram às mãos.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente, aguardando que este projeto, que será sepultado, não sem manifestação de pesar, possa ser, em outra oportunidade, reexaminado pelo Plenário. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Continua em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o projeto, que tem parecer das Comissões de Constituição e Justiça de Economia e de Finanças, pela rejeição.

Os Srs. Senadores que concordam com o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Voltará à Ordem do Dia para discussão em segundo turno.

E' o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 1965

Torna obrigatório às representações oficiais do Brasil, no exterior, o uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todas as representações oficiais do Brasil, no exterior, sejam diplomáticas, comerciais, civis ou militares, ficam obrigadas ao uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional.

Art. 2º Ao item V, do art. 7º da Lei nº 2.145, de 29-12-53, modificado pelo art. 56 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, acrescente-se o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Não se consideram como *oem de propriedade*, para os efeitos deste artigo, os veículos automóveis de propriedade dos funcionários da carreira diplomática e dos servidores públicos civis e militares, adquiridos no exterior e que não sejam de fabricação brasileira.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, agradeço ao Plenário a aprovação.

Fui pessimista; só não retiro as palavras que há pouco proferi porque, creio elas impressionaram os Senadores presentes.

Assim, agradeço a todos que compareceram à sessão de hoje a aprovação deste patriótico projeto e espero que a repitam, no segundo turno.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) Passa-se à apreciação das matérias que dependem de escrutínio secreto.

Item 1:

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara, nº 129, de 1965 (nº 2.847-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não-remunerada, tendo Pareceres favoráveis, sob nºs 948, 949 e 950, das Comissões de Segurança Nacional; de Projetos do Executivo e de Finanças.

Na sessão extraordinária de 3 do corrente foi aprovado requerimento de destaque, de autoria do nobre Senador Daniel Krieger, para rejeição do Art. 6º do projeto.

Em seguida, passando-se à votação do projeto, verificou-se a falta de número.

Vamos, pois, proceder à votação, em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico, com exclusão do Artigo 6º.

Em votação. (Pausa).

(Procede-se à votação)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram "sim" 25 Srs. Senadores e "não" 5 Srs. Senadores.

Houve duas abstenções.
Não se verificou o quorum.
Vai-se proceder à chamada.

Procede-se à chamada

RESPONDERAM À CHAMADA OS SEQUENTES SENHORES SENADORES:

Goldwasser Santos
Eduardo Assmar
José de Souza
Martins Júnior
Cattete Pinheiro
Leão da Silveira
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
José Bezerra
Manoel Vilaça
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
José Ermírio
Silvestre Péricles
Hermann Torres
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Amaral de Carvalho
João de Araújo
Paulo Brand
Amaral de Carvalho
Vasconcellos Torres
Amaral de Carvalho
Gilberto Marinho
Nogueira da Gama
Lito de Mattos
José Feliciano
Melo Braga
Celso Branco
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Não há, portanto, número para as votações.

Dêse modo ficam adiadas, para amanhã, as matérias constantes dos itens 1º, 2º e 3º, da Ordem do Dia, que dependem de votação em escrutínio secreto.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra vou encerrar a sessão, antes lembrando aos Senhores Senadores que hoje, às 21 horas, haverá sessão conjunta do Congresso Nacional para designação de Comissão Mista para apreciação do projeto de lei enviado pelo Executivo, e, às 21 horas e 30 minutos, haverá outra sessão conjunta, para apreciação de vetos presidenciais. (Pausa).

O Sr. Senador Vasconcellos Torres enviou à Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 201, § 2º, do Regimento Interno.

S. Exa. será atendido.

E' o seguinte o discurso do Senhor Vasconcellos Torres:

Querendo ser mais realista do que o rei, a Administração do IAPFESP, ainda no Rio de Janeiro, acaba de demitir 43 funcionários interinos servindo em Brasília há mais de três anos.

Nesta hora difícil, quando todos apertamos os cintos num sentido de compreensão pelas medidas anti-inflacionárias que vêm sendo tomadas pelo Governo e este, por sua vez, subvenciona a indústria e o comércio com diminuição de impostos e financiamento para produção e aquisição de utilidades com a intenção de evitar o desemprego, vem um de seus órgãos e aumenta o problema do desemprego numa cidade já tão sacrificada.

O comércio incipiente e a indústria quase nenhuma de Brasília não têm condições de acolher aqueles chefes de família.

E esses pobres funcionários interinos, todos com os vencimentos iniciais, vão começar a passar fome com suas mulheres e filhos. São escrivães, motoristas, serventes, atendentes que há três anos vinham servindo com humildade e eficiência. Que para Brasília foram e lá organizaram suas vidas, não tendo mais para onde retornar. Não têm, sequer, o dinheiro para as passagens porque já não têm o indispensável para comer.

Por que tanta maldade? Não foi isto que o Presidente da República desejou que seus auxiliares fizessem e, tão somente em Brasília às vésperas da criação do Ministério da Previdência.

Esse Instituto nenhuma economia vai fazer com a demissão desses pequenos servidores. Foram eles feitas de maneira impenitente e de forma irregular e a Justiça, que ainda merece a confiança de novos povos, irá anulá-las, obrigando o IAPFESP a readmiti-los, pagando os atrasados e os danos judiciais.

Se é a falta de economia, porque demitem 43 e nomeiam 70?

Isto não é economia, mas desperdício. Economia, teria sido resolver o problema das obras paralisadas em Brasília que ocasionam milhões de cruzeiros de prejuízo e caracterizam a incapacidade administrativa de administradores que jamais puseram os pés em Brasília.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Nada mais havendo que tratar, vou levantar a

sessão, designando para a próxima a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara, nº 129, de 1965 (nº 2.847-B/65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não-remunerada, tendo Pareceres favoráveis, sob números 948, 949 e 950, das Comissões de Segurança Nacional; de Projetos do Executivo e de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 1965 (nº 2.939/65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que aplica disposições das Leis números 2.370, de 9 de dezembro de 1964, e 3.765, de 4 de maio de 1960, aos Oficiais-Engenheiros da Reserva de 2ª Classe da Aeronáutica convocados para o serviço ativo (projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº III, do Regimento Interno), tendo Pareceres (orais) favoráveis das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

3

Votação, em turno único, do Parecer nº 794, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício nº 249, de 12 de março de 1965, em que o Sr. Procurador-Geral da Justiça do Estado da Guanabara, solicita licença para instauração de processo criminal contra o Sr. Senador Nelson Maculan (parecer no sentido de ser a matéria submetida ao Plenário em votação secreta com ressalvas dos Srs. Senadores Josaphat Marinho, Edmundo Levi, Wilson Gonçalves e Aloysio de Carvalho).

4

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1963, de autoria do Senador Jefferson de Aguiar, que revoga o art. 78 e seus parágrafos da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Civil e Militares cria o Fundo Nacional de Investimentos e dá outras providências), tendo Pareceres sob números 284, 289 e 290, de 1965, das Comissões: — de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento — pela audiência do Ministério da Fazenda; 2º pronunciamento — pela rejeição. — de Economia, pela rejeição.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1964 (nº 2.735, de 1961, na Casa de origem), que autoriza o recebimento, em doação, pelo Governo Federal, do patrimônio da Sociedade Paulista de Medicina, tendo pareceres contrários, sob números 923 a 930, de 1965, das Comissões:

— de Saúde
— de Educação e Cultura e
— de Finanças.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1965 (nº 1.910-B/64 na Casa de origem), que dispõe sobre a entrega das cotas dos impostos de renda e de consumo aos Municípios, nos termos da Emenda Constitucional nº 5, de 1961, e dá outras providências, tendo Parecer, sob número 932, de 1965, da Comissão de Finanças, favorável, com a emenda que apresenta sob nº 1—CF.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 254, de 1964 (nº 2.504-C/60 na Casa de origem)

que concede a inclusão da Escola Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, tendo Pareceres favoráveis (números 897 a 899, de 1965) das Comissões: — de Constituição e Justiça; — de Educação e Cultura e — de Finanças.

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 316, de 1964 (nº 1.153, de 1963, na Casa de origem), que concede isenção de impostos de importação e de taxas aduaneiras para importação de um órgão eletrônico e demais equipamentos doados à Mitra Diocesana Santa Cruz do Sul, Estado do Grande do Sul, tendo Pareceres Plenários favoráveis ao Projeto e Emenda (números 247, 931 e 932, 1965) das Comissões de:

— Constituição e Justiça e — Finanças.

9

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 317, de 1964 (nº 3.810-B/62 na Casa de origem), que dispõe sobre gratificação especial de representação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, tendo Pareceres (números 933 a 937, 1965) das Comissões:

— de Serviço Público Civil — 1º pronunciamento: pela rejeição; pronunciamento, favorável, com Emendas que oferece, sob números 938 e 2—CSPC;

— de Finanças — 1º pronunciamento: solicitando audiência do Ministério das Relações Exteriores; 2º pronunciamento: (depois de cumprida a diligência), propondo a volta do Projeto à Comissão de Serviço Público Civil; 3º pronunciamento: favorável projeto e às emendas da Comissão Serviço Público Civil.

10

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1964 (nº 1.690-C/60, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 1º da Lei 3.735, de 28 de dezembro de 1959, que altera os limites de idade previstos na Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954 — Lei de Inatividade dos Militares, tendo Parecer favorável sob nº 849, de 1965, da Comissão de Segurança Nacional.

11

Discussão, em turno único, das emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1955, de autoria do Sr. Senador Moura Andrade, que autoriza os estabelecimentos bancários a substituírem, em suas contabilidades, o livro "Diário" de escrituração mercantil pelo livro "Balancetes Diários e Balancetes", cujas características definidas atribui eficácia probatória aos lançamentos efetuados segundo o sistema de "partidas" ou "vouchers", e dá outras providências, tendo Pareceres sob números 923 e 924, de 1965, das Comissões:

— de Economia, favorável; — de Finanças favorável, sugerindo à Comissão de Redação ao elaborar o texto final, substituir no art. 6º a denominação "Comunicação Bancária e do Crédito" por "Banco Central da República do Brasil".

12

Projeto de Resolução nº 25, de 1965, que suspende a execução do artigo 139, da Constituição do Estado de Minas Gerais, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 1.413, de 1963).

— Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas e 5 minutos.

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente	— Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente	— Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário	— Dinarte Maris (UDN)
2º Secretário	— Gilberto Marinho (PSD)
3º Secretário	— Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário	— Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente	— Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente	— Guido Mondim (PSD)
3º Suplente	— Vasconcellos Tôres (PTB)
4º Suplente	— Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. José Guimomar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Manoel Arzaga — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Manoel Fontana — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondim — R.G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedicto Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. José Ermírio — Pernambuco
4. Edmundo Levi — Amazonas	12. Silvestre Péricles — Alagoas
5. Arthur Virgílio — Amazonas	13. Vasconcelos Tôres — R. Janeiro
6. Antônio Jucá — Ceará	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R.G. Norte	15. Melo Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Maris — R.G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R.G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 3 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aurélio Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	3
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	63
Sem legenda	1
Total	63

BLOCOS PARTIDÁRIOS

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

PSP	2 Senadores
PTB	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Vice-Líder
Lino de Mattos (PTN)	João Agripino (PSP)
	Arnon de Mello (PDC)
	Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder	Filinto Müller
Vice-Líder	Wilson Gonçalves

Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder	Barros Carvalho
Vice-Líder	Bezerra Neto

Oscar Passos
Antonio Jucá

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Líder	Daniel Krieger
Vice-Líder	Eurico Rezende

Adolpho Franco
Padre Calazans
Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder	Mem de Sá
Vice-Líder	Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder	Miguel Couto
Vice-Líder	Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder	Lino de Mattos
Vice-Líder	Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante	Aurélio Steinbruch
Representante	Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante

AGRICULTURA

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Eugênio Barros

PSD

TITULARES	SUPLENTE
Eugênio Barros	1. José Feliciano
José Leite	2. Atílio Fontana

José Ermírio
Nelson Maculan

Lopes da Costa
Antônio Carlos

Dylton Costa

PTB

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

1. Aurélio Viana

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Quarta-feiras, às 16 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

PSD

TITULARES	SUPLENTE
Jefferson de Aguiar	1. Menezes Pimentel
Antônio Balbino	2. José Feliciano
Wilson Gonçalves	3. Filinto Müller
Ruy Carneiro	4. Benedicto Valladares

Edmundo Levi
Benezerra Neto
Arthur Virgílio

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
2. João Agripino

BPI

Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Pedro Ludovico
Walfrido Gurgel

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

PTB

Arthur Virgílio
Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

BPI

Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José mirio

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Atílio Fontana
José Feliciano
José Leite

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

José Ermírio
Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

Adolpho Franco
Lopes da Costa
Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Menezes Pimentel
Walfrido Gurgel

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

Antônio Jucá
Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

Padre Calazans
Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 hs.

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Walfrido Gurgel

PSD

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

UDN

Faria Tavares
Irineu Bornhausen
Eurico Rezen

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

BPI

Aurélio Vianna
Lino de Mattos

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

PSD

SUPLENTE

TITULARES
José Feliciano
Atílio Fontana

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

Nelson Maculan
Barros Carbalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

Adolpho Franco
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira, às 16.30 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfrido Gurgel

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Ruy Carneiro
Walfrido Gurgel
Atílio Fontana
Eugênio Barros

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

Vivaldo Lima
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

Eurico Rezende
Herivaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

BPI

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.

Reuniões: Terça-feira, às 15 horas.

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Benedicto Valladares
Jefferson de Aguiar

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

José Ermírio
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino
Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.

Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

POLICONO DAS SÊCAS

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Ruy Carneiro
Sebastião Archer

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

Argemiro Figueiredo
Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

BPI

Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino

Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Wilson Gonçalves
José Guilomard
Jefferson de Aguiar

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

José Ermírio
Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

UDN

João Agripino
Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

BPI

Lino de Matos

1. Aurélio Vianna

PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: Antônio Carlos

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Walfredo Gurgel
Sebastião Archer

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

UDN

Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

BPI

Josaphat Marinho

1. Dillon Costa

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedito Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Benedito Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimental
José Guilomard

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: José Cândido

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

Miguel Couto

1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feira, às 12 horas

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção

Vice-Presidente: José Guilomard

PSD

SUPLENTE

TITULARES

José Guilomard
Victorino Freire

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

Oscar Passos
Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermírio

UDN

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans

Vice-Presidente: Victorino Freire

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Victorino Freire

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

Mello Braga
Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

Padre Calazans
Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

Aurélio Vianna

2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa

Vice-Presidente: Mello Braga

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard